

O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO (PME) NO MUNICÍPIO DE BELTERRA/PA: PERCEÇÃO DA EQUIPE GESTORA

Lilia Travassos Sousa

Instituição / filiação: Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: lyatravassos@hotmail.com

Maria Lilia Imbiriba Sousa Colares

Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: ilia.colares@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo objetiva analisar a implementação do Programa Mais Educação (PME) na perspectiva da equipe gestora de uma escola municipal de Belterra/PA. O PME teve como foco a reorganização curricular mediante a ampliação da jornada escolar no ensino fundamental, visando promover uma educação integral que desenvolvesse o aluno em suas múltiplas dimensões. Teve como aporte teórico as obras de Coelho (2009), Gadotti (2009), Libâneo (2014), Paro (2001), entre outros autores que abordam a temática da educação integral, e as leis vigentes. A metodologia empregada foi de natureza qualitativa, por meio da pesquisa de campo descritiva associada à pesquisa bibliográfica e documental, utilizando como instrumentos de coleta de dados: a análise documental e a entrevista semiestruturada com a equipe gestora de uma escola municipal. Os resultados apontaram que o entendimento sobre os conceitos de educação integral e educação de tempo integral estão incipientes. Percebemos, no decorrer da pesquisa, que a implementação do Programa Mais Educação enfrentou desafios referentes à infraestrutura e à falta de transporte escolar. Contudo, para efetivar uma Educação Integral a escola precisa de um planejamento pedagógico que favoreça tempos e espaços qualitativos, tendo como eixo estruturador desse processo a intersetorialidade, mediante uma gestão democrática.

Palavras-chave: Educação Integral. Educação em tempo integral. PME. Gestão Democrática.

THE PROGRAM “MAIS EDUCAÇÃO” IN THE CITY OF BELTERRA/PA: THE MANAGEMENT TEAM PERCEPTION

ABSTRACT

This research aims to analyze the implementation of the Program Mais Educação (PME), from the perspective of the management team of a city school in Belterra/PA. The PME was focused on the curricular reorganization through the expansion of school journey time in elementary school; it aims to promote an integral education that develops the students in multiple dimensions. The theoretical framework is grounded in the studies of Coelho (2009), Gadotti (2009), Libâneo (2014), Paro (2001), among others, dedicated to the theme of integral education and the current laws. The study was guided by the qualitative research methodology, from the descriptive field research perspective, associated to bibliographical and documental research. The data were collected by documental analysis and semi structured interview with the school management team of Belterra. The result shows that the comprehension of the concepts of integral education and full-time education are

deficient. During the research, it was noticed that the PME faced some challenges related to infrastructure and lack of school transportation. However, to implement an effective integral education, the school needs a pedagogical planning which favors qualitative time and places, having as the process structuring axis intersectoriality grounded in democratic management.

Keywords: Integral Education. Full-time Education. PME. Democratic Management.

EL PROGRAMA MÁS EDUCACIÓN (PME) EN EL MUNICIPIO DE BELTERRA/PA: PERCEPCIÓN DEL EQUIPO GESTORA

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo analizar la implementación del Programa Más Educación (PME) desde la perspectiva del equipo directivo de una escuela municipal de Belterra / PA. El PME tuvo como foco la reorganización curricular mediante la ampliación de la jornada escolar en la educación fundamental, buscando promover una educación integral que desarrollara al alumno en sus múltiples dimensiones. Tuvo como aporte teórico las obras de Coelho (2009), Gadotti (2009), Libâneo (2014), Paro (2001), entre otros autores que abordan la temática de la educación integral, y las leyes vigentes. La metodología empleada fue de naturaleza cualitativa, por medio de la investigación de campo descriptiva asociada a la investigación bibliográfica y documental, utilizando como instrumentos de recolección de datos: el análisis documental y la entrevista semiestructurada con el equipo directivo de una escuela municipal. Los resultados apuntaron que el entendimiento sobre los conceptos de educación integral y educación de tiempo completo son incipientes. Percibimos, en el transcurso de la investigación, que la implementación del PME enfrentó desafíos referentes a la infraestructura y a la falta de transporte escolar. No obstante, para realizar una Educación Integral efectiva la escuela necesita de un planeamiento pedagógica que favorezca tiempos y espacios de calidad, teniendo como eje estructurador de ese proceso la intersectorialidad, mediante una gestión democrática.

Palabras clave: Educación Integral. Educación a tiempo completo. Programa Más Educación. Gestión Democrática.

Introdução

Anísio Teixeira, um dos pioneiros da proposta de escolas de tempo integral no Brasil, implantou no ano de 1950, em Salvador na Bahia, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro e, após trinta anos, em 1980, Darcy Ribeiro no Rio de Janeiro, criou os Centros Integrados de Educação Popular - Cieps (COELHO, 2009).

A educação integral de tempo integral foi institucionalizada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assegurando como direito educacional a ampliação da jornada escolar, prevista nos artigos 34, § 2º e 87, §5º que enfatizam que “serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental

para o regime de escolas de tempo integral” (BRASIL, 1996). O Plano Nacional da Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, também faz referência à educação integral, tendo a Meta 6 do PNE 2014-2024 a asseguridade da Escola em tempo integral, apresentando como estratégia: “Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, cinquenta por cento das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, vinte e cinco por cento dos alunos da educação básica”. (BRASIL, 2014, p. 33).

Nesta perspectiva, o Programa Mais Educação (PME) apresenta-se como possibilidade de política indutora da educação integral. Esse programa foi instituído pela Portaria Normativa Interministerial nº 17 de 24 de abril de 2007, na qual estavam envolvidos os Ministérios da Educação, da Cultura, do Esporte e do Desenvolvimento e Combate à fome, regulamentada pelo Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010, integrando as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em que o PME estabeleceu como prioridade o atendimento às escolas que apresentassem Baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e cujo os alunos estivessem em situação de vulnerabilidade social, objetivando-se a diminuir as desigualdades educacionais, mediante um tempo estendido na permanência escolar (BRASIL, 2010). As escolas que integravam esse programa passaram a adotar jornada com, no mínimo, sete horas diárias.

Nesse contexto, a presente pesquisa teve como objetivo geral analisar a implementação do Programa Mais Educação em uma escola do município de Belterra/PA, no período de 2013 a 2015, período de implementação deste programa no município.

E, por objetivos específicos: a) Verificar qual a concepção de educação integral de tempo integral da equipe gestora; b) Investigar, na visão da equipe gestora, os desafios da implementação do Programa Mais Educação em uma escola municipal; c) Identificar no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Ação – PME formas de organizar a educação integral de tempo integral.

Este trabalho utilizou como base os aspectos teóricos metodológicos da pesquisa qualitativa. Foram integradas na pesquisa bibliográfica, livros, dissertações e teses, apoiando-se nas concepções de Coelho (2009), Gadotti (2009), Libâneo (2014), Paro (2001), entre outros autores que abordam a temática da educação integral, e, também, análises dos seguintes documentos: Constituição Federal (1988), LDB - Lei nº 9.394/96, PNE - Lei nº 13.005/2014, Portaria Normativa Interministerial nº 17 de 24 de abril de 2007, Relatório Anual 2013 e 2014 PME- SEMED/Belterra/PA, Projeto Político Pedagógico (PPP) e Plano de Ação - Programa Mais Educação da escola pesquisada. Trata-se de um estudo de caso sobre o

PME como estratégia indutora da educação integral em tempo integral em uma escola municipal da cidade de Belterra/PA. Após a revisão bibliográfica, considerando as legislações vigentes referentes ao tema, realizou-se um levantamento junto à Secretaria Municipal de Educação (SEMED) da cidade de Belterra/PA, para a identificação das escolas da rede municipal que participaram do Programa Mais Educação de forma linear, nos anos em que este foi ofertado no município, conforme se apresenta no quadro 01.

Quadro 01: Relação das escolas em adesão ao Programa Mais Educação 2013 a 2015/
 Belterra/PA

Nº	Escola M.E.F./ Comunidade	Local	Quantidade de Alunos		
			2013	2014	2015
1	Cravo	Centro	100	100	----
2	Rosa	Centro	85	----	----
3	Jasmim	Centro	100	100	----
4	Girassol	Centro	100	100	----
5	Bromélia	Centro	58	----	----
6	Tulipa	Centro	80	----	----
7	Crisântemo	Tapajós	96	96	----
8	Margarida	Tapajós	90	90	----
9	Papoula	Tapajós	72	72	----
10	Angélica	Tapajós	90	90	----
11	Hortênci	Tapajós	48	48	----
12	Antúrio	Tapajós	50	50	----
13	Lavanda	Tapajós	100	100	----
14	Azaleia	Tapajós	31	31	----
15	Onze Horas	Tapajós	78	78	----
16	Amor perfeito	Tapajós	39	39	----
17	Vitória Regia	BR 163	95	95	95
18	Cerejeira	BR 163	100	100	----
19	Gardênia	BR 163	81	----	----

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas na SEMED/Belterra/PA, 2017.

As escolas descritas no quadro 01 estão codificadas por nomes de flores, pois se optou em manter o anonimato para resguardar a integridade das instituições escolares. De acordo com os dados obtidos, identificamos que apenas uma escola municipal trabalhou no período de 2013 a 2015 com o programa, e que esta somente trabalhou no ano de 2015 porque ainda possuía recurso financeiro da 2ª parcela do ano de 2014, tendo em vista que em 2015 e 2016 não houve repasse de recurso do PME para o município.

Diante dessas informações, utilizou-se o estudo de caso, tendo como *lôcus* da pesquisa a Escola Municipal de Ensino Fundamental Vitória Régia, situada no município de Belterra/PA. O estudo de caso representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados. Pode

incluir estudos de caso único, múltiplos como abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa (YIN, 2001).

Na pesquisa de campo, objetivou-se realizar entrevista semiestruturada com a equipe gestora da escola, composta pela diretora, coordenadora pedagógica e secretária escolar. Todavia, a secretária escolar desenvolvia suas atividades há apenas uma semana, e não havia participado do processo de implementação do PME, nesta escola. Em decorrência disso, as entrevistas foram direcionadas à gestora e à coordenadora pedagógica, que são representadas pelos códigos G e CP, e receberam um termo de livre consentimento, por meio do qual autorizaram a divulgação das informações coletadas.

Este artigo está estruturado de forma a apresentar, após esta introdução com o contexto e objetivos da pesquisa, o Programa Mais Educação como política indutora da Educação Integral, em seguida a gestão democrática e o Projeto Político Pedagógico como instrumentos interdependentes, a implementação do Programa Mais Educação em uma escola do município de Belterra/PA, e por último apresenta-se as considerações finais.

Programa Mais Educação como Política Indutora de Educação Integral

A Educação Integral apresenta-se como uma alternativa para uma educação diferenciada, favorecendo o processo de ensino-aprendizagem, haja vista que é um direito constitucional, com amparo legal no artigo 205 da Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB n° 9.394/96 em seu artigo 2º, que responsabilizam o Estado e a família na promoção do pleno desenvolvimento do aluno, em sua preparação para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Os conceitos de educação integral e de educação em tempo integral, por vezes, são confundidos quando se desconhece seus significados, o que possibilita serem tratados como sinônimos, uma vez que a escola de tempo integral surge como uma proposta que pode dar conta de desenvolver o sujeito em suas múltiplas dimensões da formação humana, tendo em vista que esta se dá tanto na escola quanto em outros espaços e outros tempos. Nesse viés, Libâneo (2014, p. 5) esclarece que educação integral e educação de tempo integral apresentam-se com definições distintas, pois “educação integral é um conceito ampliado de educação, enquanto que a escola de tempo integral é um tipo de organização escolar vista como supostamente capaz, dentro das políticas educacionais atuais, de realizar melhor a educação integral”.

Portanto, a Educação Integral não precisa necessariamente ser em tempo integral para desenvolver integralmente o indivíduo, mas a escola deve considerar a necessidade de mais tempo e mais espaços. Além disso, não basta o educando ficar mais tempo na escola se não há um planejamento pedagógico para aproveitar de forma intencional e educativa esse tempo. .

Ainda nesse contexto destaca-se que se torna relevante a significância dos conteúdos escolares sem fragmentá-los, mas agregando diversos saberes, levando em consideração os conhecimentos prévios dos educandos, seu dia a dia, na contemplação da educação formal, não formal e informal, pois, segundo Gadotti (2009):

A educação integral quer superar o currículo fragmentado, organizado em grades e fundamentado no isolamento das disciplinas que, por conseguinte, isola as pessoas e cria guetos de aprendizagem. O problema é que, via de regra, e ainda com poucas exceções, continuamos a ensinar nossos alunos sem levar em conta os seus saberes prévios, a sua "cultura primeira", as outras experiências vitais, separando educação informal, formal e não formal. Na prática [...] acabamos dicotomizando educação escolar e não escolar (p. 11).

A Educação Integral precisa, portanto, ser pensada numa perspectiva de desenvolvimento integral do indivíduo, que considere todas as experiências educativas oportunizadas para o educando, vivenciadas tanto dentro quanto fora do ambiente escolar, já que esse processo de desenvolvimento acontece de maneira contínua durante toda a sua vida.

Para Gadotti (2009), o indivíduo desenvolve-se plenamente quando lhe é propiciada uma educação de qualidade, humanizando-o, fazendo dele um sujeito com direito à vida, à liberdade, à saúde, ao respeito, à dignidade, como parte integrante da sociedade, participando ativamente nas tomadas de decisões políticas e sociais, no exercício pleno de sua cidadania. Paro (2001) ratifica essas afirmações ao dizer que:

[...] a educação constitui a mediação pela qual os seres humanos garantem a perpetuação de seu caráter histórico. Isto é, se o homem se faz histórico porque é o construtor de sua própria humanidade, e se essa criação só se dá pela mediação dos conhecimentos, técnicas, valores, instrumentos, tudo enfim o que consubstancia a cultura construída pelos próprios homens, então a educação, ao propiciar a apropriação dessa cultura, é imprescindível para o desenvolvimento histórico (p. 11).

Além de aumentar a jornada escolar do aluno, como direito educacional, o programa trouxe como proposta, de acordo com os documentos norteadores, a articulação do currículo base com diferentes campos de conhecimentos, induzindo as escolas a reorganizarem sua agenda cotidiana, oportunizando diversas atividades socioeducativas para os educandos.

O Programa Mais Educação estabelece critérios a serem adotados na seleção de seus participantes, tais como:

- estudantes que estão em situação de risco, vulnerabilidade social e sem assistência;
- estudantes que congregam seus colegas- incentivadores e líderes positivos (ancoras);
- estudantes em defasagem série/idade;

- estudantes das séries finais da 1ª fase do ensino fundamental (4º/5º anos) nas quais há uma maior evasão na transição para a 2ª fase;
- estudantes das séries finais da 2ª fase do ensino fundamental (8º e/ou 9º), nas quais há um alto índice de abandono;
- estudantes de séries onde são detectados índices de evasão e/ou repetência. (BRASIL, 2009, p. 13).

Entretanto, as escolas em consonância com sua comunidade poderiam definir quais e quantos alunos deveriam ser assistidos pelo programa, como também as atividades a serem ministradas no contra turno escolar. (BRASIL, 2009)

As atividades extracurriculares propostas pelo Programa Mais Educação foram organizadas em macro campos, sendo que cada um deles foi composto por diversas atividades socioeducativas, conforme quadro 01:

Quadro 01: Macro campos e atividades do Programa Mais Educação

MACRO CAMPOS	ATIVIDADES OFERTADAS
ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO	Matemática, Letramento, Línguas Estrangeiras, Ciências, História e Geografia, Filosofia e Sociologia.
MEIO AMBIENTE	Com-Vida/Agenda 21 na Escola - Educação para Sustentabilidade, Horta escolar e/ou comunitária;
ESPORTE E LAZER	Atletismo, Ginástica rítmica, Corrida de orientação, Ciclismo, Tênis de campo, Recreação/lazer, Voleibol, Basquete, Basquete de rua, Futebol, Futsal, Handebol, Tênis de mesa, Judô, Karatê, Taekwondo, Ioga, Natação, Xadrez tradicional, Xadrez virtual, Programa Segundo Tempo (ME).
DIREITOS HUMANOS	Direitos humanos e ambiente escolar.
PROMOÇÃO DA SAÚDE	Atividades (alimentação saudável/alimentação escolar saudável, saúde bucal, práticas corporais e educação do movimento), educação para a saúde sexual, saúde reprodutiva e prevenção das DST/Aids, prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas, saúde ambiental, promoção da cultura de paz e prevenção em saúde a partir do estudo dos principais problemas de saúde da região (dengue, febre amarela, malária, hanseníase, doença falciforme, e outras).
CULTURA E ARTES	Leitura, banda fanfarra, canto coral, hip hop, danças, teatro, pintura, grafite, desenho, escultura, percussão, Capoeira, flauta doce, cineclubes, prática circense, mosaico.
INCLUSÃO DIGITAL	Software, informática e tecnologia da informação (PROINFO), ambiente de redes sociais.
EDUCOMUNICAÇÃO	Jornal escolar, rádio escolar, histórias em quadrinhos, fotografia, vídeo
INICIAÇÃO A INVESTIGAÇÃO DAS CIÊNCIAS DA NATUREZA	Laboratório, feiras de ciências e projetos científicos.
EDUCAÇÃO E CIDADANIA	Educação econômica e empreendedorismo, controle social e cidadania.

Fonte: Elaborado pela autora (2017) a partir do documento “Programa Mais Educação: Passo a Passo”

A escola, ao aderir o Programa Mais Educação, precisava, então, adequar o seu Projeto Político Pedagógico a todas as fases do programa e às atividades da escola e da comunidade, estando de acordo com a sua realidade local.

Nesse sentido, torna-se importante a gestão escolar promover, por meio de atitudes democráticas, a participação de todos nas decisões acerca das políticas educacionais implementadas nas escolas, onde essas políticas sejam vistas como possibilidades de transformação do sistema educacional. Ressalta-se que a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento que favorece uma participação coletiva, haja vista que o PPP não deve ser construído se não for mediante uma gestão democrática e vice-versa, por serem processos indissociáveis.

A interligação entre gestão democrática e projeto político pedagógico

A gestão democrática aparece como um instrumento de superação da escola tradicional, uma nova análise acerca do trabalho desempenhado por todos na instância educativa, rumo à superação dos desafios, na qual todos tivessem vez e voz, um caminho a ser trilhado junto, pois:

Os gestores escolares, constituídos em uma equipe de gestão, são os profissionais responsáveis pela organização e orientação administrativa e pedagógica da escola, da qual resulta a formação da cultura e ambiente escolar, que devem ser mobilizadores e estimuladores do desenvolvimento, da construção do conhecimento e da aprendizagem orientada para a cidadania competente. Para tanto, cabe-lhes promover a abertura da escola e de seus profissionais para os bens culturais da sociedade e para sua comunidade. Sobretudo devem zelar pela constituição de uma cultura escolar proativa e empreendedora capaz de assumir com autonomia a resolução e o encaminhamento adequado de suas problemáticas cotidianas, utilizando-as como circunstâncias de desenvolvimento e aprendizagem profissional. (LUCK, 2009, p. 22).

Ao determinar os princípios que regem o ensino, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394/96) indica a gestão democrática como um deles. E em seu art. 14 estabelece normas para o desenvolvimento da gestão democrática nas escolas públicas de educação básica, com a "participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola" e a "participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes". (BRASIL, 1996). Portanto, a gestão democrática não deveria ser uma opção, mas uma obrigação a ser cumprida por todo estabelecimento de ensino público.

Nesse sentido, o gestor precisa ser flexível, dialógico e dinâmico junto à comunidade escolar, chamando-a para o compromisso de desenvolver um trabalho de construção e

concretização de uma educação democrática, com autoridade conquistada por meio da eleição direta para diretores. Paro (2002) considera que:

Há pessoas trabalhando na escola, especialmente em postos de direção, que se dizem democratas apenas porque são "liberais" com alunos, professores, funcionários ou pais, porque lhes "dão abertura" (...) desta ou daquela decisão. (...) se a participação depende de alguém que dá abertura ou permite sua manifestação, então a prática em que tem lugar essa participação não pode ser considerada democrática, pois democracia não se concede, se realiza: não pode existir "ditador democrático". (PARO, 2002, p. 18-19)

Portanto, um gestor democrático é aquele que se faz como elo organizacional, assumindo uma liderança com comunicação aberta, mediando e mobilizando todos a estarem sempre dentro da escola, fazendo-os compreender sua importância como colaboradores no trabalho a ser realizado, focando nas pessoas, em suas subjetividades, fazendo do diálogo um instrumento de abertura para o questionamento, aceitação, colisão ou negação do que o outro tem a dizer, de modo que esse processo seja de maneira intencional e transformadora, já que o trabalho educativo é um trabalho coletivo. A esse respeito, Luck (2009) enfatiza que:

O objetivo maior da comunidade educacional revela-se, portanto, o de se estabelecer uma comunidade de ensino efetivo, onde persevere, coletivamente, não somente o ideal de ensinar de acordo com o saber produzido socialmente, mas o de aprender, em acordo com os princípios de contínua renovação do conhecimento, criando-se um ambiente de contínuo desenvolvimento para alunos, professores, funcionários e é claro, os gestores. O conhecimento da realidade ganha novas perspectivas: a organização do projeto político-pedagógico da escola e o seu currículo; o papel da escola e o desempenho de seus profissionais, que devem renovar-se e melhorar sua qualidade continuamente, tendo o aluno como centro de toda a sua atuação. (LUCK, 2009, p. 16)

É importante a escola "criar condições para que a comunidade escolar tenha acesso e participe do processo de gestão escolar. Nesse ciclo de criação e recriação do conhecimento, (...) a participação coletiva ocupa, indubitavelmente, um lugar relevante". (VIEIRA; GOERGEN; COLARES, 2015, p. 16).

Daí a importância de a escola adotar uma gestão que vise à integração através da sua transformação em espaço de articulação de políticas públicas e iniciativas comunitárias, valorizando a elaboração e efetivação do Projeto Político Pedagógico (PPP), sendo ele a ponte para concretizar o que a escola pretende ser, a partir do que ela é hoje, quando este é projetado com a intencionalidade de transformar a realidade intervindo em seu cotidiano.

Veiga (1998) corrobora essas ações quanto ao Projeto Político Pedagógico (PPP) para o exercício de uma gestão escolar democrática, pois o PPP é a identidade da escola, e deve ser único e visível, para nortear suas ações, delinear o caminho a seguir, idealizar e materializar

as metas a serem alcançadas, considerando a realidade vivenciada por esta instituição em um processo de formação humana.

O PPP não deve ser visto como um instrumento acabado, engavetado, ou para cumprir apenas uma exigência dos órgãos centrais, mas deve ser vivenciado, flexível a alterações, haja vista que "o projeto político pedagógico *não* é uma ferramenta de gestão pronta acabada, ele precisa ser gerido no sentido de consolidar os objetivos nele estabelecidos." (VIEIRA; GOERGEN; COLARES, 2015, p. 21)

Nesse sentido, fica evidente uma interligação entre a elaboração do Projeto Político Pedagógico e a instituição de uma gestão democrática na escola, pois o PPP se constitui como:

(...) um documento destinado a fomentar a construção de uma escola livre das formalidades burocráticas e tecnicistas, priorizando o direito à educação de qualidade, função social maior da escola. (...) um mecanismo obrigatório para definir os rumos que a unidade escolar, em sintonia com a comunidade, deseja seguir. Este espírito coletivo tem como pressuposto a participação democrática de todos os envolvidos. (VIEIRA; GOERGEN; COLARES, 2015, p. 15).

O projeto político pedagógico e a gestão democrática são campos essenciais e interdependentes para essa construção coletiva, pois não existe projeto político pedagógico se não acontecer em uma gestão democrática na qual a direção atua e decide junto com toda a comunidade envolvida no processo educacional, na definição de metas e implementação de ações a serem efetivadas no âmbito escolar. Devido a sua relevância como processo coletivo, não pode ser construído apenas pela equipe gestora, sem discussão e colaboração de todos os atores envolvidos educacionalmente, já que:

(...) a vontade isolada de um gestor escolar não é suficiente para a implementação do projeto político pedagógico. É necessário e imprescindível o empenho, o compromisso, a participação da comunidade escolar, fundamentalmente, a dos professores, pois esse conjunto pode, de forma coletiva, ajudar a concretizar o projeto político pedagógico no cotidiano escolar. (VIEIRA; GOERGEN; COLARES, 2015, p. 23)

O conselho escolar aparece como forma de efetivar essa gestão em termos democráticos, no acompanhamento de todo o processo de planejamento da ação educativa, já que este deve agrupar todos os representantes dos diversos seguimentos envolvidos no processo educacional (equipe gestora, professores, alunos, pais e funcionários) na participação das tomadas de decisões das questões administrativas, financeiras e pedagógicas da escola:

Os conselhos escolares são órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola. Cabe aos conselhos, também, analisar as ações e empreender os meios a utilizar para o

cumprimento das finalidades da escola. (...) representam, assim, um lugar de participação e decisão, um espaço de discussão, negociação e encaminhamento das demandas educacionais, possibilitando a participação social e promovendo a gestão democrática. (BRASIL, 2004, p. 34-35)

Quando o trabalho é desempenhado coletivamente, incluindo o conselho escolar, somam-se forças com poder de reivindicação superior ao de um gestor sozinho, em benefício da instituição.

O PME em uma escola do município de Belterra/Pa

Caracterização do *locus* da Pesquisa

A unidade escolar pesquisada foi fundada em 1º de fevereiro de 1987, funcionando na igreja da comunidade e mantida pelos comunitários, tendo apenas vinte e sete alunos de 1ª a 4ª série multisseriada.

Após a primeira eleição municipal de Belterra, uma vereadora solicitou a construção de um prédio que atendesse as necessidades educacionais de grande parte das famílias da BR 163 e comunidades vizinhas.

A construção do prédio escolar concretizou-se no ano de 2000, já com o atual nome da Escola -Vitória Régia, localizando-se na BR 163, Rodovia Santarém-Cuiabá, na zona rural do município de Belterra/PA, passando a funcionar de 1ª a 5ª série, com 154 (cento e cinquenta e quatro) alunos, 6 (seis) professores e 1 (um) responsável pela escola, nos turnos matutino e vespertino.

Em 2005, passou a ser escola polo com a demanda de 11 (onze) escolas anexas¹, funcionando também o primeiro ano do ensino médio modular, e posteriormente foi implantada a educação de jovens e adultos.

Por meio do programa Caminhos da Escola², em 2011, recebeu 03 ônibus escolares, destinados à condução dos alunos no trajeto casa-escola, como, também, a escola implantou o programa Garoto Nota 10 e realizou a revisão do seu projeto político pedagógico.

Os programas Mais Educação, Saúde na Escola e Educação Fiscal foram implantados em 2012 e, em seguida, houve a implementação do programa Mais Cultura na Escola.

¹São turmas que estão distribuídas em diversas comunidades e vinculadas à escola sede.

²Foi criado em 2007 com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar, ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar, ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais.

A escola Vitória Régia, em 2017, contou com 425 alunos em seus 2 turnos, matutino e vespertino, divididos em 16 turmas. Em seu quadro de funcionários haviam 32 colaboradores, sendo: 13 professores, 1 gestora, 1 vice-gestora, 1 coordenadora pedagógica, 1 secretário, 1 auxiliar administrativo, 2 vigias, 3 motoristas e 6 apoios operacionais. É uma escola polo, com 8 anexos, que contempla alunos de diversas comunidades, tendo por finalidade cumprir o disposto nas Constituições Federal e Estadual, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Estatuto da Criança e do Adolescente, e ministrar o Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano e Educação de Jovens e Adultos, seguindo as orientações pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação

O público predominante na escola são filhos de agricultores, mas também atende filhos de comerciantes, funcionários públicos, empresários, funcionários de empresas, empregadas domésticas e profissionais autônomos.

Essa escola participou de maneira ininterrupta de todos os anos em que o Programa Mais Educação se fez presente naquele município, como tentativa de promover uma educação integral, na qual os alunos tivessem um maior tempo escolar para que participassem no contraturno de diversas atividades socioeducativas.

Tempos-espacos do PME na escola pesquisada

De acordo com o plano de ação construído pela comunidade escolar para nortear as ações do Programa Mais Educação, em 2012 foi implantado na escola pesquisada o PME como política indutora de educação integral, sendo que as atividades começaram a serem realizadas somente em 2013 e encerraram-se em 2015.

A equipe gestora da escola juntamente com a comunidade escolar estabeleceu critérios para selecionar os alunos que deveriam ser atendidos pelo programa, como:

- ✓ O nível de vulnerabilidade de cada criança;
- ✓ Estudantes de anos/séries onde são detectados evasão/ou repetência;
- ✓ Estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família.

No quadro 02, verificamos a quantidade de alunos participantes do programa, assim como as atividades ofertadas e o número de monitores que ministravam as oficinas na escola pesquisada.

Quadro 02: Representação do Programa Mais Educação na escola Vitória Régia de 2013 a 2015.

Nº DE ALUNOS	Nº DE MONITORES	OFICINAS MINISTRADA
--------------	-----------------	---------------------

95	4	Teatro, dança, esporte na escola, campos do conhecimento
----	---	--

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações obtidas na SEMED/Belterra/PA, 2017.

Segundo o documento intitulado “Programa Mais Educação: gestão intersetorial no território”, as atividades que acontecem no contra turno escolar devem completar esse currículo que se concentra na educação formal, na qual tais atividades devem expandir os conhecimentos, sendo instrumento de democracia que busca educar para a cidadania, favorecendo um ambiente acolhedor dos diversos saberes e valores dos alunos, não os ignorando e muito menos os descartando, fazendo deles protagonistas dos seus conhecimentos (BRASIL, 2009).

As atividades ofertadas aconteciam no contra turno escolar, logo após as 4 horas diárias de educação formal. Os 95 alunos participantes do programa foram divididos em 3 turmas, sendo que 1 turma ficou pela manhã e atendia 39 alunos, e as outras 2 turmas no turno vespertino atendiam a 28 alunos cada. Como a escola não disponibilizava de espaço adequado para a ministração das oficinas, as atividades foram realizadas em uma comunidade vizinha, sendo que as atividades tinham a duração de três horas diárias. Dessa forma, o Mais Educação atendeu somente aqueles alunos que se deslocavam por conta própria para a comunidade onde eram realizadas as atividades.

Nos quadros 03 e 04 identificamos os horários que as atividades ofertadas aconteciam nas três turmas.

Quadro 03: Cronograma de atividades do Programa Mais Educação na Escola Vitória Régia (2013/2015)

DIA DA SEMANA	MANHÃ-TURMA “A”		
	07:00 às 08:30	08:30 às 08:45	08:45 às 10:00
SEGUNDA	Dança	Lanche	Acompanhamento Pedagógico (Alfabetização e Letramento)
TERÇA	Esporte e lazer	Lanche	Teatro
QUARTA	Dança	Lanche	Acompanhamento Pedagógico (Matemática)
QUINTA	Esporte e lazer	Lanche	Teatro
SEXTA	Sistema de Revezamento	Lanche	Sistema de Revezamento

Fonte: Elaborado pela autora por meio do Plano de Ação do PME da Escola pesquisada, 2017

Quadro 04: Cronograma de atividades do Programa Mais Educação na Escola Vitória Régia (2013/2015).

DIA DA SEMANA	TARDE-TURMA 'B' e 'C'		
	13:30 às 14:45	14:45 às 15:00	15:00 às 16:30
SEGUNDA	Dança (Turma 'B')	Lanche	Acompanhamento Pedagógico (Alfabetização e Letramento) (Turma "B")
	Acompanhamento Pedagógico (Alfabetização e Letramento) (Turma "C")		Dança (Turma 'C')
TERÇA	Esporte e lazer (Turma 'B')	Lanche	Teatro (Turma 'B')
	Teatro (Turma 'C')		Esporte e lazer (Turma 'C')
QUARTA	Dança (Turma 'B')	Lanche	Acompanhamento Pedagógico (Matemática) (Turma 'B')
	Acompanhamento Pedagógico (Matemática) (Turma 'C')		Dança (Turma 'C')
QUINTA	Esporte e lazer (Turma 'B')	Lanche	Teatro (Turma 'B')
	Teatro (Turma 'C')		Esporte e lazer (Turma 'C')
SEXTA	Sistema de Revezamento	Lanche	Sistema de Revezamento

Fonte: Elaborado pela autora por meio do Plano de Ação do PME da Escola pesquisada, 2017.

De acordo com os quadros 03 e 04, de segunda-feira à quinta-feira eram ofertadas duas disciplinas por dia para todas as turmas com intervalo para o lanche, e na sexta-feira havia um sistema de revezamento no qual as turmas dividiam-se em grupos menores, pois nesse dia as quatro atividades eram ofertadas, sendo que duas atividades aconteciam de forma simultânea.

A percepção da equipe gestora quanto ao conceito de educação integral e em tempo integral e os desafios da implementação do PME

Especificamos, no quadro 05, o perfil dos entrevistados quanto a sua formação acadêmica, função exercida na escola, idade e tempo de experiência: área educacional, cargo e o tempo que exerceu atividades no Programa Mais Educação.

Quadro 05: Perfil dos entrevistados.

Nº	CARGO	FORMAÇÃO ACADÊMICA	IDADE	TEMPO DE EXPERIÊNCIA		
				ÁREA EDUCACIONAL	CARGO	MAIS EDUCAÇÃO
1	Gestora	Pedagogia, Pós-graduada em coordenação e Mestranda em ciência da educação	43 anos	29 anos	5 anos	2 anos
2	Coordenadora Pedagógica	Pedagogia	25 anos	2 anos	2 anos	2 anos

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa, 2017.

O Programa Mais Educação surgiu como política indutora da educação integral por meio da ampliação do tempo escolar. A partir dessa afirmação, as entrevistadas foram indagadas a responder sobre o seu entendimento em relação aos conceitos de Educação Integral e de Educação de Tempo Integral. Observa-se as respostas nas seguintes falas:

Eu acho que não são a mesma coisa, a educação integral requer uma outra situação, porque a gente olha pelo lado do aprendizado, né, do desenvolvimento intelectual do aluno, diferenciando do tempo integral, porque a gente percebe assim, sendo educação de tempo integral quer dizer que vai passar o tempo inteiro na escola, né, vai ser atendido em sequência didática (G).

Na minha concepção são conceitos distintos, porque eu entendo que educação integral é uma educação que é dada de forma total, de uma forma ampla, que abrange todas as vertentes da educação, que envolve o lado social, o lado psicológico, o lado financeiro, o lado afetivo do aluno, lado da cognição e tudo mais. E a educação em tempo integral é aquela educação que é dada em dois turnos, que permite que o aluno fique na escola durante o dia todo, que tenha diversas atividades, que envolvam conteúdos referentes ao cronograma mesmo, a Base Nacional Curricular, e outros tipos de atendimentos como: dança, música, enfim, atividades diversificadas (CP).

Diante dos posicionamentos das entrevistadas, percebe-se que ambas não veem a educação integral e a educação em tempo integral como termos sinônimos, mas sim como processos distintos. Entretanto, na definição do conceito de educação integral houve uma diferenciação significativa, pois uma das entrevistadas, apesar de apresentar mais qualificação, no que concerne ao nível de escolaridade, e de ter maior experiência na área educacional, restringiu a educação integral apenas ao desenvolvimento cognitivo dos alunos, enquanto a outra entrevistada considera como uma educação mais ampla que envolva, além

do intelectual, os outros aspectos (psicológico, social, financeiro, afetivo). O conceito de educação integral engloba “o sujeito em sua condição multidimensional, não apenas na sua dimensão cognitiva, como também na compreensão de um sujeito que é sujeito corpóreo, tem afetos e está inserido num contexto de relações. [...] que deve ser considerado em sua dimensão bio-psicossocial” (GONÇALVES, 2006, p. 130).

As entrevistadas afirmaram que, para efetivar uma educação integral, a escola não precisa adotar uma educação de tempo integral, pois o tempo escolar estendido por si só não é sinônimo de qualidade de ensino, como se evidencia nas falas a seguir:

Não é questão de adotar de mais tempo, é a questão de formação, de planejamento também, porque a educação integral não quer dizer que precisa passar o dia e a noite, mas que tem que ter um planejamento voltado para o público que necessita dessa educação (G).

Eu acho que a educação integral não necessita necessariamente de um determinado tempo, é, eu acho que vai mais na efetivação, na forma como ela é feita, e não no tempo que ela é dada, porque muitas vezes o aluno pode passar o dia na escola, mas não é dada uma educação de forma efetiva de qualidade, então, muitas vezes o tempo não equivale a qualidade (CP).

O tempo apresenta-se como um fator imprescindível para o desenvolvimento pleno e, ao falar em Educação Integral, é necessário repensar o tempo e o espaço, considerando principalmente o tempo qualitativamente transformado, e não somente seus aspectos quantitativos, pois “a extensão do horário deve construir o tempo qualitativo dentro da escola, ou sob sua supervisão, e, nesse sentido, esse tempo qualitativo pressupõe uma formação mais completa para o ser humano-cidadão-aluno” (COELHO, 2009).

A implementação de políticas públicas, como o Programa Mais Educação, acarreta inúmeros desafios a serem vencidos, uma vez que a maioria das escolas não dispõe de infraestrutura adequada para subsidiar as atividades do programa, de banheiros que possibilitem aos alunos tomarem banhos, de lugar para o descanso e de profissionais qualificados para ministrarem essas atividades.

No quadro 06, estão descritos os desafios enfrentados pela escola no processo de implementação do PME.

Quadro 06: Desafios na implementação do PME na escola pesquisada (2013-2015)

DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PME	TRECHOS DAS FALAS DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS
INFRAESTRUTURA	“É espaço, nós não temos espaços adequados, local para atender, que eles possam ficar o tempo todo para ser atendido, para ter as refeições, para ter a higienização” (G).

	“A infraestrutura, porque a escola mesmo não tem um espaço para o Mais Educação, e as atividades eram feitas na comunidade vizinha (São Francisco da Volta Grande), que tem um barracão comunitário” (CP).
LOGÍSTICA (TRANSPORTE ESCOLAR)	“Nós temos dificuldades para que os alunos cheguem aqui, essa questão do escolar (ônibus) é um dos principais pontos, precisamos dele para tudo” (G).
	“Os alunos dependem de forma integral do transporte escolar (...) moram longe e precisaria de um transporte somente para este programa para buscar os alunos, para trazer no tempo certo (...). E só tinha acesso ao programa aqueles alunos que morava perto (...) tem mais umas 10 comunidades para cá e ninguém participa por conta do transporte, esse é o principal desafio, a logística” (CP)

Fonte: Elaborado pela autora a partir das entrevistas realizadas, 2017.

Conforme se identifica no quadro 06, os principais desafios enfrentados foram relacionados à infraestrutura da escola e a logística. Em relação à infraestrutura, mesmo sem espaço físico disponível na escola para a realização das atividades do programa, foi possível contar com a ajuda da comunidade para disponibilizar um local (barracão comunitário) em que pudessem realizar as atividades referentes ao PME, e essa cooperação mostrou-se como um dos pontos positivos apontados pelas entrevistadas, pois houve uma maior aproximação da família com a escola. Portanto, percebe-se o reconhecimento do seu lugar de vivência, sua escola e vizinhança como parceiros de seu desenvolvimento, potencializando o que seu entorno tem a lhe oferecer, tornando o seu território um lugar integrador, pois:

Para iniciar um processo de implementação do tempo integral nas escolas é necessário, antes de mais nada, mapear o potencial educativo da comunidade e integrá-lo à sala de aula, combinando urbanismo e educação, por meio de uma verdadeira “pedagogia do lugar”, uma pedagogia da cidade, da cidade educadora e do “município que educa”. (GADOTTI, 2009, p. 39-40).

Quanto à organização para a efetivação das atividades, a gestora solicitou à SEMED de seu município que disponibilizasse um ônibus para que os alunos que moravam distante pudessem participar das atividades do PME, já que a maioria deles depende exclusivamente do transporte escolar, e, quando não havia ônibus disponível para a locomoção desses alunos, a escola suspendia as aulas do dia. A escola não obteve êxito em seu pedido referente ao transporte escolar para ser utilizado no PME, deixando de promover a integração entre os diversos sujeitos que compõem as salas de aulas, o que caracterizou um processo de exclusão, haja vista que uns foram atendidos pelo programa e outros não, como foi ratificado logo em seguida pela coordenadora pedagógica:

Porque enquanto não abrangermos todos os anexos, por conta da falta do transporte escolar, o que acaba selecionando e excluindo alguns alunos, já que as comunidades mais distantes são as que mais necessitam desse atendimento, pois

tra, seria muito bom para eles terem esse momento lúdico, esquecer um pouco a realidade dura deles, e vir para fazer um teatro, dançar, entre outras coisas. (CP).

Apesar dos desafios em sua implementação, o PME foi bem aceito pela comunidade da instituição, e os pontos positivos do programa foram destacados pelas entrevistadas, assim como as marcas significativas deixadas em alguns participantes, conforme relatadas a seguir:

Houve um desenvolvimento maior no aprendizado do aluno, além da integração dos pais, porque com o programa a escola e a família se aproximaram mais, (...) foi muito bom o índice de aproveitamento do programa, 85%, com tanto que os pais nos procuraram depois que o programa terminou para saber se ia continuar, porque viram que houve um melhoramento dentro da família e no rendimento escolar. (G).

A questão do incentivo né, para que os alunos possam participar das atividades, as atividades diferenciadas de forma lúdica, que sai um pouco da rotina deles de sala de aula, nós tivemos exemplo de alunos que tinham problemas de saúde, e no dia da culminância com o encerramento do programa, que tinha uma aluna que tinha epilepsia e até parou de estudar por causa das frequentes crises e quando começou a fazer parte do grupo de dança no Mais Educação, simplesmente sumiu, hoje ela é uma menina super saudável, crianças que eram tímidas, ficaram mais soltas, desinibidas através do teatro, das atividades né. (CP).

É importante ressaltar que por meio da portaria nº 1.144, de 10 de outubro de 2016, o Ministério da Educação instituiu o Novo Mais Educação, em substituição ao PME, sendo regido pela resolução FNDE nº 5/2016, trazendo como prioridade o melhoramento da Alfabetização, tendo como componentes obrigatórios a língua portuguesa e a matemática, haja vista "que o inciso I do art. 32 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº- 9.394, de 20 de dezembro de 1996, determina o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo" (BRASIL, 2016).

Neste Novo Mais Educação há previsão de duas opções de carga horária, sendo 5 horas ou 15 horas semanais. Se a escola optar por trabalhar com 5 horas, esta deverá dividir igualmente as horas entre as disciplinas de Português e Matemática, mas se optar pelas 15 horas a escola deverá dedicar 4h semanais a cada uma dessas disciplinas, e as 7 horas restantes poderão ser divididas entre outras 3 atividades de livre escolha nos campos da arte, cultura, esporte e lazer.

Percebe-se que esse novo modelo de programa, viria a servir mais como um reforço escolar, para que os educandos preparem-se para as avaliações propostas pelo MEC, como a Prova Brasil, o que o deixa distante do conceito de Educação Integral, que é promover a formação integral do educando.

Para que o Novo Mais Educação não seja acometido pelos mesmos desafios enfrentados na implementação do programa anterior em relação a infraestrutura para o

programa, a escola atualmente está com uma quadra poliesportiva que irá receber as atividades deste novo programa. A equipe gestora apresentou a SEMED-Belterra uma proposta cujo objetivo é fazer com que os alunos que moram em comunidades distantes também possam participar das atividades do programa, cada turma formada será a junção de alunos de comunidades vizinhas, e os monitores se dirigirão para uma dessas comunidades e realizarão as atividades, como podemos verificar na fala da gestora:

“Esse ano nós estamos com um planejamento da seguinte forma: serão atendidos as turmas nas próprias comunidades, a escola da comunidade tal, vai atender tantos alunos, em determinados dias, então os monitores irão se direcionar até os alunos (...), vai ter o dia, a programação, os horários se for preciso dois ou três dias, (...) vai formar turmas mais próxima que puder da casa do aluno, nós vamos atender não pela quantidade de aluno, mas pela à proximidade das turmas, como por exemplo, no km 77, 76, 68 e 72, o escolar acompanha juntando todos os alunos em uma dessas comunidades do espaço cedido e faz o atendimento lá, e assim vai até o km 34, sempre juntando comunidades próximas, atendendo em dias alternados. Porque é mais fácil o monitor ir até lá, e aí quando termina o aluno já fica em casa se preparando para voltar para a aula do outro turno” (G).

Entende-se que é de suma relevância que a equipe gestora, professores, alunos, pais, funcionários e comunidade, conheçam a realidade que a escola está inserida, seus conflitos, seus anseios, para proporem atividades socioeducativas que venham contribuir efetivamente com um trabalho educativo transformador e significativo, para que não se torne apenas mera atividade ilustrativa, sem utilidade, fora do contexto social da instituição.

Considerações Finais

A Educação Integral possibilita ao indivíduo o desenvolvimento de seus aspectos, físicos, intelectuais, sociais e afetivos, em que a escola deve levar em conta a necessidade de um planejamento pedagógico que favoreça um tempo maior e mais espaços, em seus aspectos qualitativos e não somente quantitativos, para que a transversalidade dos conteúdos ocorra de maneira interligada e o diálogo com o cotidiano do aluno seja uma constante nas escolas.

Assim sendo, é essencial que se trabalhe na escola os conteúdos de maneira significativa, partindo dos saberes tecidos no cotidiano do aluno, oferecendo a ele métodos adequados as suas necessidades, favorecendo um ambiente acolhedor dos diversos saberes e valores, não ignorando-os e muito menos descartando-os, sendo necessário que haja entre os monitores do PME e os professores da classe o planejamento das atividades que são ministradas no contraturno na escola, correlacionando-as, buscando um ensino significativo, para que os conhecimentos compartilhados com os estudantes não sejam fragmentados, sem

privilégio ou desmerecimento de um dos saberes, onde seja contextualizado o conteúdo e a sua linguagem, tornando o assunto interessante aos educandos. E assim o aluno não sente-se obrigado a aprender, por perceber que faz parte do seu cotidiano, não deixando margem para o aparecimento de um abismo entre o conteúdo e sua realidade.

O Projeto Político Pedagógico, como identidade escolar, poderá nortear essas propostas educacionais realizadas na escola e em seu entorno social, mediadas pela gestão escolar firmada na democracia, sendo trabalhadas com a colaboração de todos, onde se conheça suas competências, organizando-se para atingir determinados fins, constituídos coletivamente.

Percebe-se que quando a comunidade escolar desconhece os conceitos de educação integral e educação em tempo integral, acaba-se por relacioná-los apenas a uma ampliação do tempo de permanência dos alunos no ambiente escolar, sem considerar a relevância de qualificar esse maior tempo na escola, em que o tempo quantitativo poderá servir ao confinamento de alunos fadigados pelo excesso de tempo escolar. Nesse sentido, a valorização do tempo é imprescindível para a qualidade dessas atividades, pois a maioria dos alunos da escola pesquisada, por exemplo, dependem do transporte escolar para sua locomoção no trajeto casa-escola-casa, o que desmotiva a participação efetiva dos educandos, devido à distância dos trajetos.

Outro fator relevante a ser considerado é a evasão escolar, uma vez que a maioria dos alunos trabalham ajudando os pais nas atividades do campo, o que acaba deixando-os exaustos pelo trabalho pesado e desmotivados a irem para a escola. Destaca-se que a escola ao aderir ao programa procurou promover atividades, considerando o interesse dos alunos, como: dança, teatro, futebol, para que fossem oferecidos a eles um momento de lazer. E como a escola encontra-se em uma área rural, os alunos não têm acesso as atividades culturais, e com programas como o Mais Educação e o PROEMI a escola acaba sendo o único lugar que oferece esses conhecimentos formais e não- formais.

Destaca-se, ainda, que o Programa Mais Educação, assim como o PROEMI, que são programas indutores da Educação Integral, não devem ser modificados a ponto de perderem sua essência, ocasionando um descompromisso com o processo ensino-aprendizagem, visto como mero passatempo para os alunos.

Apesar dos desafios enfrentados pelas escolas na implementação de programas educacionais, que demandam de um mínimo de infraestrutura, já que nossas escolas se encontram sucateadas, entre outros fatores relevantes, a escola pesquisada através de parceria

com a comunidade vizinha para a utilização de seus espaços, conseguiu favorecer aos educandos um ambiente socializador com seu entorno, pois dessa forma a comunidade escolar encontrou uma alternativa para a implementação do PME, afim de não perder o recurso advindo deste programa.

Uma escola que objetiva promover uma educação integral, precisa considerar a ressignificação de outros tempos e espaços, deixando de ser o único lugar de aprendizagem, ultrapassando seus muros, integrando os diversos espaços educativos e os diferentes saberes, em um processo contínuo de aprendizagem para a vida.

Assim, a construção da educação integral não depende somente da escola e de programas como o PME, mas necessita efetivamente da colaboração de todos para a reconfiguração do papel escolar associando-o a sua comunidade por meio de práticas integradoras, que dialoguem com os outros tempos de formação humana.

Referências

BELTERRA. Projeto Político Pedagógico da escola pesquisa, 2013.

_____. Plano de Ação - Programa Mais Educação (PME) da escola pesquisada, 2013.

_____. SEMED. **Relatório Anual 2013**. Coordenação Pedagógica do Programa Mais Educação da Diretoria de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. Belterra, 2013.

_____. **Relatório Anual 2014**. Coordenação Pedagógica do Programa Mais Educação da Diretoria de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. Belterra, 2014.

BRASIL, **Constituição (1988)**. Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a nº28/2000 e emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a nº6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000

_____, Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm> Acesso em 01 jan. 2017

_____. **Educação Integral**: texto de referência para o debate nacional. Organização de MOLL, Jaqueline. Brasília: Mec, Secad, 2009. (Série Mais Educação). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2016.

_____. **Lei nº 8.060, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 30 dez. 2016

_____. **Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2016.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria Normativa Interministerial nº 17,** institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativa no contraturno escolar. Brasília, 24 de abril de 2007.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria nº 1.144/2016, Novo Mais Educação.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=49131-port-1144mais-educ-pdf&category_slug=outubro-2016-pdf&Itemid=30192 >. Acesso em 17 dez. 2018

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024:** Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014

_____. **Programa Mais Educação. Passo a Passo,** 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseducação.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2016.

_____. **Programa Mais Educação:** gestão intersetorial no território – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009.

_____. **Resolução nº 5, de 25 de outubro de 2016.** Disponível em: http://www.imprensanacional.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22062989/do1-2016-10-26-resolucao-n-5-de-25-de-outubro-de-2016-22062836-22062836. Acesso em 25 dez. 2016

_____. Secretaria de Educação Básica. **Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania.** Brasil-DF. Novembro de 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

COELHO, L. M. C. da C. História(s) da educação integral. **Em Aberto-Revista,** Brasília, v. 22, n. 80, p. 83-96, abr. 2009. Disponível em <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1472/1221>>. Acesso em: 30 out. 2016.

GADOTTI, M. **Educação Integral no Brasil:** inovações em processo. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2009.

GONÇALVES, A. S. Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral. In: **Cadernos CENPEC,** n. 2, 2006

LIBÂNEO, J. C. Escola de Tempo Integral em questão: lugar de acolhimento social ou de ensino-aprendizagem? In. BARRA, V. **Educação:** ensino, espaço e tempo na escola de tempo integral. Goiânia: CEGRAF/UFG, 2014.

LUCK, Heloísa. **Dimensões de Gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

_____. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2002.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998. p. 11-35.

VIEIRA, E. M. R.; GOERGEN, P.; COLARES, M. L. I. S. A construção do projeto político pedagógico como mecanismo de organização da escola. In: COLARES, M. L. I. S.; ROCHA, S. H. X.; COLARES, A. A. **Gestão democrática e o projeto político pedagógico**. 1ª ed. Curitiba, PR: CRV, 2015.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.

Recebido em: 02.05.2018

Aceito em: 25.09.2018